

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANESTES
DTVM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

1. Resultado

No período findo em 30 de junho de 2022, a Banestes DTVM S.A. apresentou resultado de R\$ 15,35 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido, apurado pelo lucro em relação à média do patrimônio líquido no semestre, alcançou 28,6%.

2. Mercado

A Banestes DTVM S.A. possui uma visão inteiramente profissional e estratégica no ato de efetuar a gestão de ativos nos mercados de renda fixa e de renda variável. Sua atuação se dá num mercado altamente competitivo e os preceitos da boa administração financeira são inteiramente aplicados. Possui equipe especializada e modernos instrumentos de acompanhamento dos mercados financeiro e de capitais.

Em maio de 2022 a Banestes DTVM S.A. começou a prestar os serviços de administração fiduciária, controladoria e escrituração de fundos de investimento, que compreendem:

Administração Fiduciária:

O serviço de administração fiduciária consiste em atividades como: Constituição, administração, funcionamento e divulgação de informações dos Fundos; Elaboração de documentos relacionados aos Fundos; Supervisão das regras, procedimentos e controles da gestão de risco implementada pela sociedade; dos limites de investimento das carteiras dos Fundos e dos terceiros contratados em nome dos Fundos.

Controladoria:

Os serviços de Controladoria compreendem a execução em conjunto ou separadamente das atividades que compõem a controladoria dos ativos e passivos, tesouraria, bem como a execução dos procedimentos contábeis conforme a legislação em vigor, como controle dos ativos financeiros da carteira, despesas e encargos sobre eles incidentes.

Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento:

Os serviços de escrituração de ativos compreendem a escrituração de cotas dos fundos sob administração, contemplando: registro das informações relativas à titularidade dos ativos financeiros, assim como de direitos reais de fruição ou de garantia e de outros gravames incidentes sobre esses ativos financeiros; abertura e manutenção de registro por fundo; tratamento das instruções de movimentação recebidas, direta ou indiretamente, dos investidores e de atos concernentes à constituição ou extinção de gravames e ônus sobre os ativos, entre outros.

Em junho de 2022 o valor da carteira de ativos administrados e geridos pela Banestes DTVM S.A. através de seus fundos de investimento é de aproximadamente R\$ 8,7 bilhões, quais sejam:

Fundo de Ações: Possui dois Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, que aplicam, no mínimo, 95% dos seus recursos em cotas do BTG Pactual Absoluto Institucional Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações e do BTG Pactual Dividendos Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações, ambos em parceria com o BTG Pactual. Os fundos acompanharam o desempenho do mercado de ações no Brasil, que apresentou desvalorização em função de várias incertezas e da elevada volatilidade provocada pelo aumento de inflação generalizado no mundo e por eventos advindos do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Fundos de Renda Fixa: Possui uma família completa de fundos de Renda Fixa com o propósito de atender a necessidade de clientes no varejo, clientes institucionais, além de fundos exclusivos e restritos a determinado público. São geridos fundos classificados como Referenciado DI, Renda Fixa, Renda Fixa Índices (IMA-B e IRF-M1) e de Curto Prazo. Esses fundos possuem estratégias variadas e bem definidas visando oferecer opções de investimentos diferenciadas.

Fundo Imobiliário: Em maio de 2015 a Banestes DTVM S.A., coordenou a Primeira Emissão de Cotas do Banestes Recebíveis Imobiliários Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“BCRI11”), que alcançou um total de 500.000 cotas, totalizando um montante de R\$ 50 milhões captados. Ao longo dos últimos anos, foram realizadas outras ofertas subsequentes que elevaram o Patrimônio Líquido para R\$ 670 milhões no encerramento do exercício. Com mais de 45 mil cotistas espalhados por todas as Unidades da Federação, o Banestes Recebíveis Imobiliários - FII tem o propósito de aplicar recursos no mercado imobiliário por meio de participação em ativos financeiros de base imobiliária.

Fundo de Incentivado de Infraestrutura Renda Fixa CP: Em 18 de maio de 2017 a Banestes DTVM S.A., em parceria com a RB Capital, iniciou a captação de um fundo de investimento para aquisição de crédito privado de companhias que atuam em projetos de infraestrutura. As debêntures emitidas por estas empresas contam com isenção de imposto de renda para as pessoas físicas detentoras das debêntures ou de cotas de fundos cujas políticas de investimento determinam aplicação preponderantemente nestes ativos. Além da busca por uma rentabilidade diferenciada, o fundo tem como importante diferencial a liquidação dos pedidos de resgate em apenas 05 (cinco) dias úteis, enquanto a maior parte dos concorrentes liquida em 30 dias corridos.

Banestes FUNSES FIC FIM: Fundo constituído em outubro de 2021 para receber exclusivamente recursos do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – FUNSES, em conformidade com a Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019, que o criou, e com o Decreto nº 4765-R, de 26 de novembro de 2020, que o regulamentou.

3. Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

A gestão de riscos, controles internos e compliance da Banestes DTVM S.A. abrange o conjunto de políticas, normas, procedimentos, processos e padrões de conduta e cultura adotados pela empresa para alcance de seus objetivos, zelando para que todas as suas atividades realizadas estejam de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis e reduza o risco de danos, inclusive o de imagem.

A Banestes DTVM S.A. possui em sua estrutura organizacional a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, responsável pelo cumprimento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, subordinada à Presidência, atuando de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reporte e gerenciamento totalmente segregados. A GECIR tem a função de aprimorar os controles, buscando mitigar os riscos e disseminar a cultura de controles internos e gerenciamento de riscos para toda a Sociedade, trazendo, como consequência, mais segurança aos negócios de seus clientes e da companhia.

4. Serviços prestados pelos Auditores Independentes

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, a Banestes DTVM S. A. informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual a Banestes DTVM S.A. se submete por ser sociedade de economia mista controlada indiretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no 1º semestre de 2022.

5. Estratégias para o 2º semestre/2022

- ❖ Continuidade de implementação de melhorias de gestão, com o fortalecimento da governança, o crescimento de eficácia operacional e a elevação de performance;
- ❖ Ampliar a gama de produtos de investimentos oferecidos aos clientes;
- ❖ Promover reuniões e palestras direcionadas ao público interno e externo visando à ampliação da base de clientes;
- ❖ Apoiar os treinamentos e capacitações do corpo gerencial do Banestes;
- ❖ Promover ações de marketing interno e externo para a divulgação dos produtos da Empresa;
- ❖ Realizar nova emissão de cotas do fundo imobiliário, de acordo com as condições de mercado e oportunidades que agreguem valor para o fundo e seus cotistas;
- ❖ Automatizar processos ligados à gestão e à administração de fundos de investimento.

6. Agradecimentos

A diretoria da Banestes DTVM S.A. agradece aos clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e contribuem para o crescimento e solidez da Sociedade.

BALANÇO PATRIMONIAL
 Em milhares de reais

| ATIVO | Notas | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|--|--------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | 30.876 | 19.896 |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 4 | 30.266 | 19.209 |
| Outros Ativos | 6 | 581 | 687 |
| Rendas a Receber | | 527 | 549 |
| Diversos | | 54 | 138 |
| Outros Valores e Bens | | 29 | - |
| Despesas Antecipadas | | 29 | - |
| NÃO CIRCULANTE | | 30.377 | 43.114 |
| Outros Ativos | | 1.681 | 1.681 |
| Diversos | 7 | 1.681 | 1.681 |
| PERMANENTE | | 28.696 | 41.433 |
| Investimentos em Participações em Controladas | | 27.973 | 40.420 |
| Participação em Controlada: | | | |
| . No País | 8 | 27.973 | 40.420 |
| Imobilizado | 9 | 407 | 399 |
| Intangível | 10 | 684 | 882 |
| Depreciação e Amortização | 9 e 10 | (368) | (268) |
| TOTAL DO ATIVO | | 61.253 | 63.010 |

| PASSIVO | Notas | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | 11.961 | 3.921 |
| Outros Passivos | 11 | 11.961 | 3.921 |
| Sociais e Estatutárias | | 10.369 | 2.826 |
| Fiscais e Previdenciárias | | 1.058 | 758 |
| Diversas | | 534 | 337 |
| NÃO CIRCULANTE | | 168 | 822 |
| Outros Passivos | 11 | 168 | 822 |
| Diversas | | 168 | 822 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 13 | 49.124 | 58.267 |
| Capital Social Realizado | | | |
| . De Domiciliados no País | | 38.000 | 38.000 |
| Reservas de Lucros | | 11.124 | 20.267 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 61.253 | 63.010 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de reais

| | Notas | SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO | |
|--|-------|---------------------------------|----------------|
| | | 2022 | 2021 |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 1.114 | 188 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | | 1.114 | 188 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 1.114 | 188 |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | | 17.854 | 10.773 |
| Receitas de Prestação de Serviços | 14.a | 13.762 | 9.705 |
| Despesas de Pessoal | | (813) | (382) |
| Outras Despesas Administrativas | 14.b | (3.732) | (2.526) |
| Despesas Tributárias | 14.c | (1.387) | (947) |
| Resultado de Participação em Controlada | 8 | 9.995 | 4.855 |
| Outras Receitas Operacionais | | 39 | 68 |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 18.968 | 10.961 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | | (1) | (187) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | | 18.967 | 10.774 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 12 | (3.590) | (2.391) |
| Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes | | (2.243) | (1.492) |
| Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes | | (1.347) | (899) |
| PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO | | (27) | (14) |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | | 15.350 | 8.369 |
| Nº de Ações | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Lucro por Ação (R\$1,00) | | 15,35 | 8,37 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

| | SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO | |
|---|---------------------------------|--------------|
| | 2022 | 2021 |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | 15.350 | 8.369 |
| RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE | 15.350 | 8.369 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

| | Capital Social | RESERVAS DE LUCROS | | Lucros Acumulados | Totais |
|-------------------------------------|----------------|--------------------|----------------|-------------------|-----------------|
| | | Legal | Estatutária | | |
| Saldos em 31/12/2020 | 26.000 | 5.099 | 13.712 | - | 44.811 |
| - Aumento de Capital | 12.000 | | (12.000) | | - |
| - Lucro Líquido do Semestre | | | | 8.369 | 8.369 |
| Destinações: | | | | | |
| Reservas | | 418 | 5.963 | (6.381) | - |
| Dividendos Obrigatórios (nota 13.e) | | | | (1.988) | (1.988) |
| Saldos em 30/06/2021 | 38.000 | 5.517 | 7.675 | - | 51.192 |
| Mutações do Semestre | 12.000 | 418 | (6.037) | - | 6.381 |
| Saldos em 31/12/2021 | 38.000 | 5.981 | 14.286 | - | 58.267 |
| - Aumento de Capital | | | | | |
| - Lucro Líquido do Semestre | | | | 15.350 | 15.350 |
| Destinações: | | | | | |
| Reservas | | 768 | 4.375 | (5.143) | - |
| Dividendos Complementar | | | (14.286) | | (14.286) |
| Dividendos Obrigatórios (nota 13.e) | | | | (10.207) | (10.207) |
| Saldos em 30/06/2022 | 38.000 | 6.749 | 4.375 | - | 49.124 |
| Mutações do Semestre | - | 768 | (9.911) | - | (9.143) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

| | SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO | |
|--|---------------------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE | 5.456 | 3.713 |
| Lucro Líquido do Semestre | 15.350 | 8.369 |
| Ajustes ao Lucro Líquido | (9.894) | (4.656) |
| Depreciação e Amortização | 101 | 12 |
| Resultado de Participação em Controlada | (9.995) | (4.668) |
| Varição de Ativos e Obrigações | (540) | (1.788) |
| (Aumento) Redução em Outros Ativos | 106 | 51 |
| (Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens | (29) | - |
| Aumento (Redução) em Outros Passivos | (617) | (1.839) |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais | 4.916 | 1.925 |
| Lucros Recebidos de Controlada | 22.441 | 2.636 |
| Aquisição de Imobilizado | (9) | (33) |
| Alienação de Imobilizado de Uso | 1 | - |
| Aplicação Intangível | (39) | - |
| Baixa no Intangível | 237 | - |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos | 22.631 | 2.603 |
| Dividendos Pagos | 16.490 | - |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos | 16.490 | - |
| Aumento (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa | 11.057 | 4.528 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre | 19.209 | 12.475 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre | 30.266 | 17.003 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL | 10 |
| 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 10 |
| 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS | 10 |
| 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 12 |
| 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | 12 |
| 6. OUTROS ATIVOS - CIRCULANTE | 13 |
| 7. OUTROS ATIVOS - NÃO CIRCULANTE | 13 |
| 8. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS | 13 |
| 9. IMOBILIZADO | 14 |
| 10. INTANGÍVEL | 14 |
| 11. OUTROS PASSIVOS | 15 |
| 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE | 15 |
| 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 15 |
| 14. OUTRAS INFORMAÇÕES | 16 |
| 15. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS | 17 |
| 16. GESTÃO DE RISCO | 17 |
| 17. OUTROS ASSUNTOS | 18 |
| 18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 18 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referente ao Semestre Findo em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banco”) e atua na intermediação e distribuição de títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos, além de gestão de ativos nos mercados de renda fixa e variável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Sociedade estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Desde o ano de 2008, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Entretanto, tais pronunciamentos só podem ser aplicados após aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são: Resolução n.º 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1); Resolução n.º 4.720/2019 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2); Resolução n.º 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1); Resolução n.º 3.989/2011 Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1); Resolução n.º 4.007/2011 - Políticas Contábeis - Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução n.º 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução n.º 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução n.º 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 - R2); Resolução n.º 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); Resolução n.º 4.524/2016 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 - R2); Resolução n.º 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1); Resolução n.º 4.535/2016 - Ativo Imobilizado (CPC 27); Resolução n.º 4.748/2019 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46); e Resolução n.º 4.818/2020 - Resultado por Ação (CPC 41).

A partir de janeiro de 2021 entraram em vigor a Resolução CMN n.º 4.818/2020 e a Resolução BCB n.º 2/2020, que estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB n.º 2/2020 revogou a Circular Bacen n.º 3.959/2019 e é aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, dentre outras definições, determinou a evidenciação dos resultados recorrentes e não recorrentes em notas explicativas de forma segregada. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Estas demonstrações financeiras não apresentam os investimentos de forma consolidada. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas integrantes do conglomerado Banestes S.A., que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidas.
- b) **Caixa e equivalente de caixa** - São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração contratada.
- d) **Valor justo dos instrumentos financeiros** - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 30/06/2022 a Banestes DTVM não possui instrumentos financeiros classificados nos níveis II e III.

- e) **Investimentos** - O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (nota 8).
- f) **Imobilizado de uso** - É registrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil estimada dos bens.
- g) **Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos. Está composto basicamente por *softwares* e é amortizado pelo método linear ao longo de sua vida útil ou de acordo com prazos contratuais.
- h) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823, do Conselho Monetário Nacional, de 16/12/2009, e Cartas Circulares n.º 3.429 de 11/02/2010 e n.º 3.782 de 19/09/2016, ambas do Banco Central do Brasil.

Os ativos e passivos contingentes referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial,

constituídas pelo valor integral em discussão.

- i) **Tributos** - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo (nota 12).

| | |
|--|-------|
| Imposto de renda | 15% |
| Adicional de imposto de renda | 10% |
| Contribuição social - Instituições Financeiras | 15% |
| COFINS | 4% |
| PIS | 0,65% |
| ISS | 5% |

- j) **Valor de recuperação de ativos - impairment** - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2022 e de 2021 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.
- k) **Estimativas contábeis** - As demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil permitem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem o valor de realização dos ativos, as provisões para causas judiciais, dentre outros.
- l) **Moeda funcional** - A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$).
- m) **Resultados recorrentes / não recorrentes** - A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que, devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2022 não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| Depósitos bancários | 2.319 | 1.957 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5) | 27.947 | 17.252 |
| Total | 30.266 | 19.209 |

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas por operações compromissadas com o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As operações compromissadas estão lastreadas em títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro) com compromisso de recompra. As transações com o Controlador estão apresentadas na nota 15.

a. Valor justo por níveis

| | Valor contábil | Valor justo Nível 1 |
|------------------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Aplicações no mercado aberto | 27.947 | 27.947 |

6. OUTROS ATIVOS - CIRCULANTE

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendas a receber (1) | 527 | 549 |
| Diversos | | |
| Adiantamentos e participações salariais | 42 | 24 |
| Pagamentos a ressarcir | 12 | 114 |
| Total | 581 | 687 |

(1) Trata-se de rendas a receber oriundas de serviço prestado pela Sociedade de gestão e distribuição de fundos de investimento e custódia.

7. OUTROS ATIVOS - NÃO CIRCULANTE

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Finsocial a compensar (1) | 1.432 | 1.432 |
| PIS a compensar (2) | 249 | 249 |
| Total | 1.681 | 1.681 |

(1) Trata-se de valores gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovidas pelas Leis n.º 7.787/1989 (art.7º), n.º 7.849/1989 (art.1º) e n.º 8.147/1990 (art.1º), cujo processo no mérito transitou em julgado, e atualmente discute-se judicialmente o valor do crédito para fins de emissão do precatório.

(2) Trata-se de valores gerados oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988 foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/1970 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 18/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Assim, com base na sentença que transitou em julgado, a Sociedade procedeu à compensação até o limite do crédito reconhecido pela Secretaria da Receita Federal e atualmente discute a diferença do crédito habilitado e ainda não reconhecido pela mesma.

8. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

A Sociedade participa do capital social da Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. e detém 16.999.830 quotas (16.999.830 quotas em 2021).

Principais dados relativos à Sociedade controlada:

| | |
|--|--------|
| Capital realizado atualizado | |
| 30 de junho de 2022 | 17.000 |
| 31 de dezembro de 2021 | 17.000 |
| Patrimônio líquido no início do período | |
| 30 de junho de 2022 | 40.420 |
| 31 de dezembro de 2021 | 32.962 |

| | |
|--|--------|
| Percentual de participação | |
| 30 de junho de 2022 | 99,999 |
| 31 de dezembro de 2021 | 99,999 |
| Lucro líquido do exercício | |
| 30 de junho de 2022 | 9.995 |
| 30 de junho de 2021 | 4.855 |
| Receita de equivalência patrimonial | |
| 30 de junho de 2022 | 9.995 |
| 30 de junho de 2021 | 4.855 |
| Lucros recebidos de controlada | |
| 30 de junho de 2022 | 22.441 |
| 30 de junho de 2021 | 2.636 |
| Patrimônio líquido ajustado | |
| 30 de junho de 2022 | 27.973 |
| 31 de dezembro de 2021 | 40.420 |
| Valor contábil do investimento | |
| 30 de junho de 2022 | 27.973 |
| 31 de dezembro de 2021 | 40.420 |

9. IMOBILIZADO

| Imobilizado de Uso | Instalações | Móveis e equipamentos | Equipamentos de processamento de dados | Equipamentos de comunicação e segurança | Total |
|---------------------------------|-------------|-----------------------|--|---|-------|
| Custo de Aquisição | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro | 102 | 77 | 102 | 118 | 399 |
| Aquisições | 9 | - | - | - | 9 |
| Baixas | (1) | - | - | - | (1) |
| Saldo em 30/06/2022 | 110 | 77 | 102 | 118 | 407 |
| Depreciação | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro | (6) | (74) | (60) | (118) | (258) |
| Depreciação/Baixa no período | (10) | (3) | (5) | 1 | (17) |
| Saldo em 30/06/2022 | (16) | (77) | (65) | (117) | (275) |
| Resultado Líquido em 30/06/2022 | 94 | - | 37 | 1 | 132 |
| Resultado Líquido em 31/12/2021 | 96 | 3 | 42 | - | 141 |

10. INTANGÍVEL

| | Licenças e direitos autorais de uso | Sistema de Processamentos de dados | Total |
|---------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|-------|
| Custo de Aquisição | | | |
| Saldo em 1º de janeiro (*) | 849 | 33 | 882 |
| Aquisição | 39 | - | 39 |
| Baixas | (237) | - | (237) |
| Saldo em 30/06/2022 | 651 | 33 | 684 |
| Amortização | | | |
| Saldo em 1º de janeiro | (10) | - | (10) |
| Amortização do período | (82) | (1) | (83) |
| Saldo em 30/06/2022 | (92) | (1) | (93) |
| Resultado Líquido em 30/06/2022 | 559 | 32 | 591 |
| Resultado Líquido em 31/12/2021 | 839 | 33 | 872 |

(*) Contrato de solução tecnológica para controladoria de ativos, passivos, escrituração, contabilidade de fundos de investimento e gestão de ativos, incluindo ainda os serviços de manutenção e suporte técnico aos referidos

sistemas com a empresa IT4Finance Consultoria de Sistema LTDA firmado em 2019. Sistema implantado e liberado para uso em 01/2022. Nesse período realizado remensuração pelo tempo restante do contrato.

11. OUTROS PASSIVOS

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|----------------------------|---------------|--------------|
| Circulante | | |
| Sociais e estatutárias (1) | 10.369 | 2.826 |
| Fiscais e previdenciárias | 1.058 | 758 |
| Diversas (2) | 534 | 337 |
| Não Circulante | | |
| Diversas | 168 | 822 |
| Total | 12.129 | 4.743 |

(1) Refere-se a dividendos e participação sobre o lucro a pagar.

(2) Decorrem basicamente do contrato citado na nota 10 e honorários de advogados.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

| | 30/06/2022 | 30/06/2022 | 30/06/2021 | 30/06/2021 |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Resultado antes da tributação e participação | 18.967 | 18.967 | 10.774 | 10.774 |
| Adições/ (exclusões) de caráter permanente | (9.947) | (9.988) | (4.756) | (4.778) |
| Lucro tributável antes das compensações | 9.020 | 8.979 | 6.018 | 5.996 |
| Base de cálculo após compensações | 9.020 | 8.979 | 6.018 | 5.996 |
| Alíquota normal (15% IR) (15% CSLL) | 1.353 | 1.347 | 902 | 899 |
| Adicional de imposto de renda (10%) | 890 | - | 590 | - |
| Despesa de IR e CSLL | 2.243 | 1.347 | 1.492 | 899 |

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social realizado

O capital social integralizado em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 está representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100% pertencem ao BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

b) Aumento de capital

Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2021, de acordo com a proposta da Diretoria, o aumento de Capital Social, sem emissão de novas ações, na importância de R\$ 12.000 mil por incorporação parte do saldo da Reserva Estatutária.

c) Reserva legal

Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída com a finalidade de aumento de capital sendo que, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social.

e) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos calculados com base no percentual de 70% (25% em 2021) do lucro

líquido do exercício ajustado nos termos do artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/1976, e estão demonstrados a seguir:

| | 30/06/2022 | 30/06/2021 |
|--|---------------|--------------|
| Lucro líquido do semestre | 15.350 | 8.369 |
| Reserva legal | (768) | (418) |
| Base de cálculo para dividendos | 14.582 | 7.951 |
| Dividendos intermediários 1º semestre | 10.207 | 1.988 |
| Total de dividendos | 10.207 | 1.988 |

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Receita de prestação de serviços

| | 30/06/2022 | 30/06/2021 |
|---|---------------|--------------|
| Rendas de gestão e distribuição de fundos/rebate taxa administração (1) | 13.762 | 9.705 |
| Total | 13.762 | 9.705 |

A Sociedade é responsável pela administração e gestão dos Fundos de Investimentos. O patrimônio líquido dessas instituições, totalizavam em 30 de junho de 2022, o valor de R\$ 9.322.895 (R\$ 6.822.934 em 30 de junho de 2021).

b) Outras despesas administrativas

| | 30/06/2022 | 30/06/2021 |
|--|--------------|--------------|
| Serviços de terceiros (1) | 2.385 | 1.712 |
| Acordo de cooperação técnica (nota 15.a) | 575 | 405 |
| Aluguéis | 79 | 82 |
| Processamento de dados | 255 | 86 |
| Serviços técnicos especializados | 122 | 74 |
| Comunicações | 46 | 51 |
| Publicações | 19 | 18 |
| Serviços do sistema financeiro | 21 | 18 |
| Manutenção e conservação de bens | 23 | 20 |
| Água, energia e gás | 23 | 7 |
| Viagem no país | - | 1 |
| Depreciação/Amortização | 101 | 12 |
| Outras | 83 | 40 |
| Total | 3.732 | 2.526 |

(1) Há cessão de pessoal pelo Banestes S.A. no valor de R\$ 2.376 no 1º semestre de 2022 (R\$ 1.692 no 1º semestre de 2021), reembolsado ao custo. A folha de pagamento dos funcionários cedidos é processada pelo Banco e ressarcida mensalmente pela Sociedade de todos os custos.

c) Despesas tributárias

| | 30/06/2022 | 30/06/2021 |
|---|--------------|------------|
| Impostos s/ serviços de qualquer natureza - ISS | 688 | 485 |
| Contribuição a COFINS | 595 | 396 |
| Contribuição ao PIS | 97 | 65 |
| IPTU | 7 | 1 |
| Total | 1.387 | 947 |

15. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Transações da Sociedade com o controlador:

Durante os períodos destacados abaixo foram efetuadas transações com o controlador em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim ser resumidas:

| Transação | 30/06/2022 | 30/06/2022 | 31/12/2021 | 30/06/2021 |
|--|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) |
| Disponibilidades | 2.319 | - | 1.957 | - |
| Aplicações em operações compromissadas | 27.947 | 1.114 | 17.252 | 188 |
| Dividendos | (10.207) | - | (2.204) | - |
| Acordo de Cooperação Técnica (1) | - | (575) | - | (405) |

(1) Acordo de cooperação técnica, firmado entre o Banco e suas controladas para a utilização do espaço físico das unidades de atendimento, dos recursos de informática e telecomunicações, da infraestrutura administrativa e de pessoal.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. Os honorários da diretoria totalizam no 1º semestre de 2022 o montante de R\$ 581 (R\$ 281 no 1º semestre de 2021).

I - Participação acionária:

Os membros da diretoria não possuíam participação acionária na Sociedade.

16. GESTÃO DE RISCO

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., possui em sua estrutura organizacional a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, subordinada à Presidência e atua de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reporte e gerenciamento totalmente segregados.

Possui políticas de gestão de riscos compatíveis com a natureza e a complexidade das operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, visando assegurar:

- níveis adequados de exposição a riscos;
- processo de gestão de riscos incorporado nos procedimentos e na cultura da Sociedade;
- a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo;
- acompanhamento da evolução dos negócios considerando os níveis de riscos associados; e
- a cultura de gerenciamento de riscos em toda a Sociedade.

Em suas políticas são estabelecidas diretrizes, atribuições e responsabilidades, que visam mitigar a ocorrência de falhas operacionais que exponham a sociedade a prejuízos diretos e indiretos. A GECIR trabalha constantemente no aprimoramento do processo de gestão de riscos, atuando na disseminação da cultura de controles internos e gerenciamento de riscos, acompanhando a evolução dos negócios, levando em consideração as exposições e os níveis de riscos a eles associados.

17. OUTROS ASSUNTOS

Apesar do aparente arrefecimento da pandemia de COVID-19 no sistema de saúde brasileiro, seus efeitos na economia ainda podem ser sentidos, dado o aumento de casos constatados na China, que recentemente decretou *lockdown* nos locais mais afetados.

Além da pandemia, há também o conflito entre Rússia e Ucrânia, que impacta diretamente nos preços de várias commodities no mercado internacional, impactadas pelas sanções impostas à nação agressora, com o fornecimento de petróleo e gás para a Europa, e de grãos e de fertilizantes para o restante do mundo.

No Brasil, o IPCA fechou o mês de Junho de 2022 em 0,67%, tendo apresentado no acumulado do ano fechou em 5,49% e, nos últimos 12 meses, em 11,89%. Comparando com a SELIC no mesmo período, tem-se 5,42% e 8,71%, respectivamente. Pode-se auferir dessa comparação os motivos pelos quais ainda há pressão sobre as decisões do COPOM, dada sua indicação de continuidade do ciclo de aumentos da taxa básica de juros.

Nesse cenário de maiores incertezas, riscos e volatilidade, a Banestes DTVM adota uma postura mais conservadora na gestão de seus fundos de investimento, prezando pela liquidez e por ativos de maior qualidade de crédito. Os fundos de investimentos que possuem ativos ligados a taxas pré-fixadas, mantiveram suas *durations* reduzidas, no intuito de minimizar os impactos provocados pelo aumento da curva de juros.

Operacionalmente, a Banestes DTVM adota a dinâmica de trabalho em "home office", flexibilizando-o, após o fim da emergência sanitária, para um sistema híbrido, sem prejuízo da qualidade e da continuidade de seus serviços, mas zelando pela preservação da saúde de seus colaboradores e de seus familiares.

A Banestes DTVM ressalta o seu compromisso de geração de resultados consistentes, sempre norteada pelas boas práticas de mercado.

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 08 de agosto de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações.

DIRETORIA

Antônio Marcus Carvalho Machado (Diretor Presidente)

Alcio de Araujo (Diretor de Operações)

Marcos Amaral Vargas (Diretor de Gestão e Recursos de Terceiros)

Fábio Roberto de Oliveira (Diretor de Administração Fiduciária de Recursos de Terceiros)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC - ES 020893/0-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do

Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional



do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre/exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 21 de fevereiro de 2022 e 9 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2